

No país dos pacotes, mais um para o Natal: o ministro Bresser Pereira anuncia que vem aí outro plano, este agora destinado a engordar os cofres gastadores do governo e a reduzir despesas (mas será que Sarney vai deixar, com sua fome de obras grandiosas? Confira nesta página).

Na seguinte, a questão da informática e da retaliação americana a produtos brasileiros: empresários recomendam cautela nas negociações. Na 16, o feio rombo nas contas da Petrobrás e, na 17, aumento geral nos preços dos carros anunciado esta semana.

23 NOV 1987

## Novo pacote. Para aumentar a receita.

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, confirmou ontem que está elaborando um novo plano econômico — mais precisamente um "plano fiscal" que mexerá com a despesa e a receita da União e que nos próximos dias deverá entregar o pacote ao presidente José Sarney. Bresser deu a confirmação ao desembarcar em Brasília, acompanhando o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Muito sorridente, Bresser tirou fotos ao lado dos principais líderes do PMDB. Em seguida, concedeu entrevista à imprensa. Segundo ele, o plano fiscal está sendo elaborado pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento, com o apoio da Casa Civil. Bresser comentou que o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, está dando todo o apoio ao seu novo plano. "É importante que a Casa Civil seja comandada por um economista como Ronaldo Costa", observou.

O ministro disse ainda que o seu Plano é de emergência com objetivo de reduzir as despesas, aumentar a receita e distribuir melhor a renda. Para isto, segundo ele, alguns órgãos e empresas do governo deverão ser eliminados ou "enxugados". Mas não quis dizer quais empresas seriam eliminadas, e afirmou que o plano não seria uma reforma administrativa, mas sim um controle maior sobre o orçamento.

### "Idéias" do FMI

Bresser Pereira confirmou também que, nesta semana, sua assessoria econômica e o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, vão se reunir com a missão do FMI (Fundo Monetário Internacional), que chegou ontem a Brasília. Segundo explicou, "o Brasil não vai negociar com o Fundo antes de firmar um acordo com os bancos, o que deveremos fazer até o próximo dia 15. Eventualmente faremos um acordo com o FMI, depois que fizermos com os bancos credores". O ministro ressaltou que o acordo com os bancos deverá ser desvinculado do FMI.

A vinda da missão do FMI ao Brasil, conforme disse Bresser,



não significa que o País já faça o acordo. "A missão vem para examinar alguns pontos do Plano Macroeconômico, mas é claro que já é um passo importante para no futuro fazermos a negociação", afirmou. "Eles têm idéias para nos apresentar, e nós poderemos aceitá-las ou não", explicou.

O ministro informou que, esta semana, deverá chegar também ao Brasil uma missão do Banco Mundial (Bird). Segundo Bresser, a mis-

são vem trazer um relatório sobre a economia brasileira nos últimos meses. O objetivo — disse — é informar a sociedade brasileira sobre a economia do País. "Vamos dar transparência às informações", afirmou, acrescentando que é importante que o Bird dé sua opinião e discuta com o Brasil.

Quanto à inflação, Bresser Pereira disse que não deverá chegar a 20% no próximo ano, como estão prevendo. Segundo ele, a inflação

alta está sendo provocada por três fatores: recomposição dos preços relativos, especulação dos empresários que aumentaram os preços e negociação salarial acima de 45% entre os trabalhadores e empregadores, que deveria ter sido feita na base de 30%.

Indagado se o congelamento de preços poderia ser novamente aplicado para conter a inflação, o ministro respondeu categoricamente que isso "está fora de cogitação".

### Como será

Fontes do Palácio do Planalto adiantaram que o "pacote fiscal", por meio de decreto-lei, dará ênfase à elevação do Imposto de Renda sobre os ganhos de capital, mas não as operações em Bolsa de Valores. A incidência do IR será ampliada para captar renda sobre os acréscimos patrimoniais de pessoa física, tanto por incorporação de novos bens como pela valorização dos existentes. Com as novas medidas, o governo pretende melhorar em muito o perfil da arrecadação tributária.

As fontes esclareceram que o novo pacote não prejudicará os assalariados, devendo até mesmo favorecer os trabalhadores situados nas faixas de renda mais baixa, além de ser neutro para os que desfrutam de melhor nível de renda. Se depender da Secretaria da Receita Federal haveria, simultaneamente, a elevação das receitas e aumento da carga líquida de impostos mediante a eliminação dos mais importantes subsídios.

O governo está convencido de que, antes de determinar novo aumento da carga tributária para alguns setores, sobretudo para os ganhos de capital, precisará dar exemplo, "enxugando" seus gastos. Por isso, estão também previstos cortes no setor público, que deverão ser adotados ao lado de um aumento real das tarifas. Dessa forma, o governo espera garantir a recapitalização de algumas empresas estatais, que hoje operam com déficit crescente, sem que suas receitas cubram seus gastos.